



**EXCELENTÍSSIMO AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MATO GROSSO**

PROCESSO Nº : 204.625-3/2025 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
**UNIDADE : INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS**
INTERESSADO(A) : VALDENOR DAS FLORES
**RELATOR : AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO LUIZ CARLOS AZEVEDO
COSTA PEREIRA**

DILIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS Nº 209/2025

1. O **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo, representado pelo Procurador de Contas que ao final subscreve, no exercício de suas atribuições institucionais, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 56 do Regimento Interno dessa Egrégia Corte de Contas (Resolução Normativa nº 16/2021) **converter a emissão de parecer em PEDIDO DE DILIGÊNCIA**, nos termos a seguir expostos:

1. DOS FATOS

2. Tratam os autos da apreciação, para fins de registro, da legalidade do ato concessório que reconheceu o direito à **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao(a) **Sr. Valdenor das Flores**, inscrito no CPF n. 285.474.621-04, servidor(a) nomeado(a) em caráter efetivo, no cargo de Apoio Instrumental, Classe "06", Nível "11", lotado na Secretaria Municipal de Educação, no município de Rondonópolis/MT.

3. Os autos foram encaminhados para conhecimento da Secretaria de





Controle Externo, que se manifestou pelo **registro** do(a) **Parecer n.º 3.390/2025**.

4. Vieram, então, os autos para análise e parecer ministerial. É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

5. Verifica-se que o feito ainda não está maduro para emissão de parecer ministerial de mérito, sendo necessárias providências do **Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis**, para posterior análise do benefício previdenciário.

6. Isso porque **não consta** nos autos a **declaração de não acúmulo de benefícios previdenciários**, conforme disposto nos termos do art. 24, § 4º da EC 103/2019.

7. Sabe-se que a Emenda Constitucional n.º 103/2019, apesar de delegar aos Entes Federados a definição das regras atinentes a aposentadorias e pensões de seus servidores públicos e respectivos dependentes, trouxe alguns **regramentos cuja aplicação é de observância obrigatória por todos os Entes Federados** desde a sua entrada em vigor, como é o caso de seu **artigo 24**.

8. Nesse norte, o **artigo 24** traz regramento no sentido de que as regras de **acúmulo** e **redução** estabelecidas em **seus §§ 1º e 2º** somente deixarão de ser observadas quando o direito a todos os benefícios tiver sido adquirido **antes** do advento da EC 103/2019.

9. Nesse contexto, é necessária a citação do Diretor-Presidente do **Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis** para que envie a documentação faltante.

3. CONCLUSÃO





10. Diante do exposto, o **Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais, requer, a Vossa Excelência a realização de **DILIGÊNCIA**:

a) para a **citação do Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis** para que envie a Declaração de não Acúmulo de Benefícios Previdenciários;

b) após, sejam encaminhados os autos à Equipe técnica competente para análise e elaboração de relatório técnico conclusivo;

c) **sequencialmente**, pugna pelo **retorno dos autos ao Ministério Público de Contas**, no prazo regimental, para emissão de parecer conclusivo.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 07 de agosto de 2025.

(assinatura digital)¹
GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO
Procurador de Contas

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 09/2012 – TCE/MT.

